

# Tribunal de Contas da União

CARGO

2

## Auditor Federal de Controle Externo

Área: Apoio Técnico e Administrativo

Especialidade: Medicina

Orientação: Clínica Médica

Prova Objetiva  $P_1$  e Prova Discursiva  $P_3$ 

TARDE

Nível Superior

- 1 Confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva  $P_1$ , e a prova discursiva  $P_3$ , acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
***Comandar é servir, nada mais e nada menos.***
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

**OBSERVAÇÕES:**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

## PROVA OBJETIVA P<sub>1</sub> — CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Um governo, ou uma sociedade, nos tempos  
modernos, está vinculado a um pressuposto que se apresenta  
como novo em face da Idade Antiga e Média, a saber: a  
4 própria ideia de democracia. Para ser democrático, deve  
contar, a partir das relações de poder estendidas a todos os  
indivíduos, com um espaço político demarcado por regras  
7 e procedimentos claros, que, efetivamente, assegurem o  
atendimento às demandas públicas da maior parte da  
população, elegidas pela própria sociedade, através de suas  
10 formas de participação/representação.

Para que isso ocorra, contudo, impõe-se a existência  
e a eficácia de instrumentos de reflexão e o debate público  
13 das questões sociais vinculadas à gestão de interesses  
coletivos — e, muitas vezes, conflitantes, como os direitos  
liberais de liberdade, de opinião, de reunião, de associação  
16 etc. —, tendo como pressupostos informativos um núcleo de  
direitos invioláveis, conquistados, principalmente, desde  
o início da Idade Moderna, e ampliados pelo  
19 Constitucionalismo Social do século XX até os dias de hoje.  
Fala-se, por certo, dos Direitos Humanos e Fundamentais de  
todas as gerações ou ciclos possíveis.

Rogério Gesta Leal. *Poder político, estado e sociedade*.  
Internet: <[www.mundojuridico.adv.br](http://www.mundojuridico.adv.br)> (com adaptações).

No que se refere à organização das ideias e a aspectos gramaticais  
do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 1 Na organização da argumentação, o segundo parágrafo do texto estabelece a condição de o debate e a reflexão sobre os direitos humanos vinculados aos interesses coletivos estarem na base da ideia de democracia.
- 2 Na linha 3, seriam preservadas as relações semânticas do texto, a coerência da argumentação e a correção gramatical, caso fossem retiradas a expressão “a saber” e a vírgula que a precede.
- 3 O desenvolvimento das ideias demonstra que, na linha 4, a flexão de singular em “deve” estabelece relações de coesão e de concordância gramatical com o termo “democracia”.
- 4 O pronome “isso” (l.11) exerce, na organização dos argumentos do texto, a função coesiva de retomar e resumir o fato de que as “demandas públicas da maior parte da população” (l.8-9) são escolhidas por meio de “formas de participação/representação” (l.10).
- 5 No desenvolvimento do texto, a conquista dos “direitos invioláveis” (l.17) está associada a um processo gradativo e contínuo, como evidencia o emprego das preposições “desde” (l.17) e “até” (l.19).

1 O exercício do poder ocorre mediante múltiplas  
dinâmicas, formadas por condutas de autoridade, de domínio,  
de comando, de liderança, de vigilância e de controle de uma  
4 pessoa sobre outra, que se comporta com dependência,  
subordinação, resistência ou rebeldia. Tais dinâmicas não se  
reportam apenas ao caráter negativo do poder, de opressão,  
7 punição ou repressão, mas também ao seu caráter positivo,  
de disciplinar, controlar, adestrar, aprimorar. O poder em si  
não existe, não é um objeto natural. O que há são relações de  
10 poder heterogêneas e em constante transformação. O poder  
é, portanto, uma prática social constituída historicamente.

Na rede social, as dinâmicas de poder não têm  
13 barreiras ou fronteiras: nós as vivemos a todo momento.  
Conseqüentemente, podemos ser comandados, submetidos  
ou programados em um vínculo, ou podemos comandá-lo  
16 para a realização de sua tarefa, e, assim, vivermos um novo  
papal social, que nos faz complementar, passivamente ou  
não, as regras políticas da situação em que nos encontramos.

Maria da Penha Nery. *Vínculo e afetividade: caminhos das relações humanas*. São Paulo: Ágora, 2003, p. 108-9 (com adaptações).

A partir das estruturas linguísticas que organizam o texto acima, julgue os itens a seguir.

- 6 É correto concluir, a partir da argumentação do texto, que o poder é dinâmico e que há múltiplas formas de sua realização, com faces heterogêneas, positivas ou negativas; além disso, ele afeta todos que vivem em sociedade, tanto os que a ele se submetem, quanto os que a ele resistem.
- 7 A preposição “mediante” (l.1) estabelece relação de movimento entre “exercício do poder” (l.1) e “múltiplas dinâmicas” (l.1-2).
- 8 Nas relações de coesão que se estabelecem no texto, o pronome “que” (l.4) retoma a expressão “exercício do poder” (l.1).
- 9 O uso da preposição em “ao caráter” (l.6) deve-se às exigências sintáticas do verbo **reportar**, na acepção usada no texto.
- 10 De acordo com a argumentação do texto, o poder “não é um objeto natural” (l.9) porque é criado artificialmente nas relações de opressão social.
- 11 Respeitam-se as relações de coerência e coesão gramatical do texto se a forma verbal “há” (l.9) for substituída por **existe**.
- 12 Na organização da textualidade, é coerente subentender-se a noção de possibilidade, antes da forma verbal “vivermos” (l.16), inserindo-se **podermos**.

1 O termo *groupthinking* foi cunhado, na década de  
cinquenta, pelo sociólogo William H. Whyte, para explicar  
como grupos se tornavam reféns de sua própria coesão,  
4 tomando decisões temerárias e causando grandes fracassos.  
Os manuais de gestão definem *groupthinking* como um  
processo mental coletivo que ocorre quando os grupos são  
7 uniformes, seus indivíduos pensam da mesma forma e o  
desejo de coesão supera a motivação para avaliar alternativas  
diferentes das usuais. Os sintomas são conhecidos: uma  
10 ilusão de invulnerabilidade, que gera otimismo e pode levar  
a riscos; um esforço coletivo para neutralizar visões  
contrárias às teses dominantes; uma crença absoluta na  
13 moralidade das ações dos membros do grupo; e uma visão  
distorcida dos inimigos, comumente vistos como iludidos,  
fracos ou simplesmente estúpidos.

16 Tão antigas como o conceito são as receitas para  
contrapor a patologia: primeiro, é preciso estimular o  
pensamento crítico e as visões alternativas à visão  
19 dominante; segundo, é necessário adotar sistemas  
transparentes de governança e procedimentos de auditoria;  
terceiro, é desejável renovar constantemente o grupo, de  
22 forma a oxigenar as discussões e o processo de tomada de  
decisão.

Thomaz Wood Jr. O perigo do *groupthinking*. In: Carta  
Capital, 13/5/2009, p. 51 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens com base na organização do texto  
acima.

- 13 A sequência narrativa inicial, relatando a origem do termo  
“*groupthinking*” (l.1), não caracteriza o texto como  
narrativo, pois integra a organização do texto  
predominantemente argumentativo.
- 14 Por estar empregada como uma forma de voz passiva, a  
locução verbal “foi cunhado” (l.1) corresponde a **cunhou-se**  
e por esta forma pode ser substituída, sem prejuízo para a  
coerência ou para a correção gramatical do texto.
- 15 No desenvolvimento da argumentação, o valor semântico das  
orações iniciadas por “tomando” e “causando”, ambas na  
linha 4, permite interpretá-las como causa para a  
conceituação de Whyte; por isso correspondem a **porque**  
**tomavam decisões temerárias e causavam grandes**  
**fracassos**.
- 16 Apesar de a definição de “*groupthinking*” (l.5-9) sugerir  
neutralidade do autor a respeito desse processo, o uso  
metafórico de palavras da área de saúde, como “sintomas”  
(l.9), “receitas” (l.16) e “patologia” (l.17), orienta a  
argumentação para o valor negativo e indesejável de  
*groupthinking*.
- 17 Na linha 6, preservam-se a correção gramatical e a coerência  
textual ao se inserir uma vírgula imediatamente após o  
vocábulo “coletivo”, mesmo que, com isso, as informações  
possam ser tomadas como uma explicação — e não como  
uma caracterização — da expressão “processo mental  
coletivo”.
- 18 Nas linhas 11, 12 e 13, o uso do sinal de ponto e vírgula,  
para separar termos de enumeração, preserva a hierarquia de  
informações, já que há necessidade de emprego de vírgula na  
estruturação sintática de alguns desses termos.

1 As leis elaboradas pelo Poder Legislativo  
constituem um dos mais importantes instrumentos para a  
proteção dos direitos naturais. Afinal, elas são as  
4 responsáveis pela construção da liberdade individual no  
Estado de sociedade. Ao compor a liberdade dos indivíduos  
em sociedade, elas também limitam o poder governamental.  
7 A participação popular e o controle popular do poder  
guardam a ideia de que o exercício da política é coletivo e  
racional, com vistas à conquista de algum bem. A política  
10 é exercida sempre que as pessoas agem em conjunto.  
A política é uma ação plural. O voto, nas eleições, é modo de  
expressão do consentimento dos cidadãos, para que o poder  
13 seja exercido em seu nome, para que as leis sejam elaboradas  
e executadas de modo legítimo. A expressão do  
consentimento periódico por meio do voto, em qualquer dos  
16 níveis de governo, é essencial para que o Estado  
constitucional perdure e seja sempre capaz de proteger os  
direitos inerentes às pessoas.

Daniela Romanelli da Silva. Poder, constituição e voto. In: Filosofia, Ciência  
& Vida. São Paulo: Escala, ano III, n.º 27, p. 42-3 (com adaptações).

No que concerne à organização dos sentidos e das estruturas  
linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 19 Na argumentação do texto, a opção pela estrutura verbal  
“guardam a ideia” (l.8) cria o pressuposto de ser falsa a  
afirmação de que “o exercício da política é coletivo e  
racional” (l.8-9).
- 20 Na linha 8, a preposição “de”, que foi usada antes de um  
pronomes relativo, é obrigatória, visto que atende à regência  
do verbo **guardar**.
- 21 O desenvolvimento da argumentação permite que se insira o  
conectivo **Logo**, seguido de vírgula, imediatamente antes de  
“A política” (l.9), escrevendo-se o artigo com letra  
minúscula, sem prejuízo para a coerência e a correção  
gramatical do texto.
- 22 O uso do modo subjuntivo em “perdure” (l.17) e  
“seja” (l.17), em orações sintaticamente independentes,  
deve-se ao valor semântico do subjuntivo para expressar a  
ideia de desejo ou vontade, que, no caso, aplica-se à função  
do “Estado” (l.16).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X

Edital n.º 1–TJX, de 14 de janeiro de 2001

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO  
DE CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO

1 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X torna pública  
a autorização do Presidente do TJX para a realização de  
Concurso Público para Provimento de 200 cargos de Analista  
Judiciário criados pela Lei n.º 10.000, de 10 de dezembro de  
2000, e de outros decorrentes de aposentadorias e vacâncias.

2 O Edital de Abertura de inscrição deverá ser publicado em  
Abril de 2001 e disporá sobre as normas de realização do  
concurso.

Joaquim José da Silva Xavier  
Presidente do concurso

A partir do texto hipotético acima, julgue os itens de 23 a 25.

- 23** O uso das letras iniciais maiúsculas no corpo do documento respeita as normas de elaboração de documentos oficiais ao seguir as regras gramaticais do padrão culto da língua portuguesa, escrevendo com iniciais maiúsculas os nomes tratados como únicos e singulares.
- 24** Apesar de nomear o emissor do texto pelo nome próprio, o documento não fere o princípio da impessoalidade exigido nos documentos oficiais.
- 25** Trechos com informações vagas, como “e de outros decorrentes de aposentadorias e vacâncias”, e com uso de tempo verbal de futuro, como “deverá ser publicado” e “disporá sobre”, provocam falta de clareza e concisão, características estas que devem ser respeitadas nos documentos oficiais.

Com referência às competências do Tribunal de Contas da União (TCU) e em conformidade com as regras constitucionais relativas ao controle externo, julgue os itens que se seguem.

- 26** Se a União contratar um banco internacional para que este tome um empréstimo, em nome da União, perante a Comunidade Europeia, tal banco estará submetido ao dever de prestar contas à União pelo empréstimo tomado, caso venha a concretizar a operação.
- 27** No exame das contas prestadas anualmente pelo presidente da República, o TCU, ao verificar irregularidades graves, poderá impor sanções ao chefe do Poder Executivo, sem prejuízo da apreciação dessas mesmas contas pelo Congresso Nacional.
- 28** O cidadão que, em meio a uma manifestação pública, for identificado como o responsável pela destruição de um veículo de uma universidade pública constituída na forma de fundação, estará sujeito a julgamento pelo TCU, em razão do ato que praticou.
- 29** Se o governo brasileiro decidir que a PETROBRAS formará com a Bolívia uma empresa binacional de exploração de petróleo, caberá ao TCU fiscalizar as contas nacionais dessa nova empresa.

Supondo que o TCU tenha detectado que certa aposentadoria concedida por um hospital federal não atendia às exigências legais, julgue os itens a seguir.

- 30** Na situação descrita, o tribunal deve, inicialmente, definir um prazo para que o hospital suste o ato de aposentadoria.
- 31** Caso o hospital insista em não atender ao que for determinado pelo TCU, este deverá solicitar, de imediato, ao Congresso Nacional que decida sobre a matéria.
- 32** Caso o TCU leve a matéria à decisão do Congresso Nacional, e este não se manifeste em 90 dias, caberá a esse tribunal decidir a respeito.

A respeito da Lei Orgânica do TCU, julgue os itens subsequentes.

- 33** Se a União, em razão da presente crise financeira, decidir adquirir temporariamente o controle acionário de um banco que se encontre em dificuldades de liquidez, com vistas a sanear-lo e vendê-lo em dois meses, durante este período, os dirigentes deste banco estarão sujeitos à jurisdição do TCU.
- 34** Se determinado órgão público receber ingresso financeiro na forma de depósitos, portanto, sem previsão na lei orçamentária, tais recursos não precisarão ser incluídos nas tomadas ou prestações de contas.

Julgue os próximos itens com base nas normas da Lei Orgânica do TCU relativas às decisões em processos de tomada ou prestação de contas.

- 35** Se o relator de um processo decidir determinar a audiência de um dos responsáveis listados no mesmo processo, tal determinação se classificará como preliminar.
- 36** Se o TCU, ao examinar um processo de tomada de contas, julgar as contas como regulares, tal decisão será classificada como terminativa.

De acordo com o Regimento Interno do TCU, julgue os itens seguintes.

- 37** Se um ministro fizer parte de determinada câmara por dois anos, nos dois anos seguintes ele será automaticamente designado para outra câmara.
- 38** Se um órgão fizer um concurso público para admissão de 500 novos servidores, o processo de exame dos respectivos atos de admissão deverá ser deliberado pelo Plenário do TCU.
- 39** Para se disciplinar atribuições especiais de uma nova secretaria que seja criada no TCU, deverá ser editada uma resolução.
- 40** Um ministro relator tem prerrogativa de submeter ao Plenário uma relação de processos de tomadas de contas que tenham proposta de acolhimento de pareceres convergentes pela regularidade com ressalva, exarados pelo titular da unidade técnica e pelo representante do Ministério Público.

Acerca da responsabilidade dos servidores públicos e da sua disciplina prevista na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens **41** e **42**.

- 41** Como espécies de penalidades disciplinares, a lei em questão elenca a advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e a destituição de função comissionada. Uma das hipóteses em que poderá ser aplicada a penalidade de demissão é a ocorrência de abandono de cargo, a qual restará configurada quando o servidor intencionalmente se ausentar do serviço por mais de 30 dias consecutivos.

**42** Considere a seguinte situação hipotética.  
Maria, no dia 13 de dezembro de 2007, teve seu carro particular atingido por um veículo oficial, pertencente à União, que estava em alta velocidade e em contrariedade às normas de trânsito. Por ter sofrido prejuízos materiais, não reconhecidos pela União, Maria ingressou com ação judicial para cobrar o valor do conserto do seu carro. O Poder Judiciário, ao final do processo, reconheceu a responsabilidade da União e determinou o pagamento do montante despendido por Maria na oficina mecânica.  
Nessa situação, a União terá o direito de regresso (ação regressiva) contra o agente público federal, responsável pelo acidente, que estava dirigindo o veículo oficial no horário das suas atribuições funcionais, desde que comprovado o seu dolo ou culpa.

Quanto às normas constitucionais concernentes aos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

**43** Caso um órgão da administração pública federal realize concurso público destinado ao provimento de 20 cargos vagos de analista de controle externo, com prazo de validade de dois anos, e, ao fim desse prazo, ainda restem candidatos aprovados no referido concurso, o mencionado órgão poderá prorrogar, de forma ilimitada, a validade do certame, devendo, contudo, apresentar ao Congresso Nacional os motivos da prorrogação.

**44** A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê expressamente que os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após três anos de efetivo exercício. Após esse prazo, o servidor poderá perder o cargo mediante processo administrativo ou procedimento de avaliação periódica de desempenho, não sendo assegurada, nesses dois casos, por ser uma decisão da própria administração pública, a ampla defesa.

**45** Considere a seguinte situação hipotética.  
Lúcia, servidora pública federal estável, foi demitida por ter praticado um ato de insubordinação grave em serviço. Tempos depois, o ato de demissão foi invalidado por sentença judicial transitada em julgado.  
Nessa situação, Lúcia será reintegrada ao cargo e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Julgue os itens de **46** a **51**, relacionados à disciplina dos atos administrativos.

**46** O ato administrativo, por estar submetido a um regime de direito público, apresenta algumas características que o diferenciam dos atos de direito privado. Assim, de acordo com o atributo da imperatividade, o ato administrativo poderá ser imediatamente executado pela administração pública, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

**47** Como exemplo de discricionariedade no âmbito de atuação da administração pública, pode-se citar a hipótese em que a lei expressamente permite a remoção de ofício do servidor público, a critério da administração, para atender à conveniência do serviço.

**48** A revogação e a invalidação são modalidades de extinção do ato administrativo. Quanto ao tema, é pacífico o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a administração pública somente poderá revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência e oportunidade, mas não poderá anulá-los, haja vista que a análise relacionada aos vícios de ilegalidade do ato cabe exclusivamente ao Poder Judiciário.

**49** No tocante aos destinatários, os atos administrativos são classificados em gerais e individuais. Nesse sentido, se uma autoridade federal editar um regulamento para disciplinar determinada matéria, tal regulamento será classificado como um ato administrativo geral, pois atingirá todas as pessoas que se encontrem na mesma situação.

**50** A permissão, que não se confunde com a concessão ou a autorização, é o ato administrativo por meio do qual a administração pública consente que o particular se utilize privativamente de um bem público ou execute um serviço de utilidade pública. Tal ato é classificado como declaratório, na medida em que o poder público apenas reconhece um direito do particular previamente existente.

**51** De acordo com a disciplina prevista na Lei da Ação Popular, o ato administrativo apresenta os seguintes elementos ou requisitos: competência, forma, objeto, motivo e finalidade.

Caio, servidor público federal estável há mais de 10 anos, ocupante do cargo de analista judiciário de determinado tribunal, está sendo acusado pelo Ministério Público Federal de ter praticado ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei n.º 8.429/1990. O referido tribunal, para apurar a prática de ilícito administrativo, resolveu instaurar processo disciplinar.

Acerca dessa situação hipotética e do que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, julgue o item seguinte.

**52** No caso narrado, a autoridade instauradora do processo disciplinar, como medida cautelar e a fim de evitar qualquer influência na apuração da irregularidade, poderá determinar o afastamento preventivo de Caio do exercício do cargo, pelo prazo improrrogável de sessenta dias, não recebendo este, nesse período, qualquer remuneração dos cofres públicos.

No tocante ao conceito e ao objeto do direito administrativo, julgue os próximos itens.

**53** O direito administrativo, como ramo autônomo, tem como finalidade disciplinar as relações entre as diversas pessoas e órgãos do Estado, bem como entre este e os administrados.

**54** A CF, as leis complementares e ordinárias, os tratados internacionais e os regulamentos são exemplos de fontes do direito administrativo.

Quanto ao regime jurídico previsto na Lei n.º 8.112/1990, incluídos os direitos e deveres dos servidores públicos, julgue o item abaixo.

**55** Para o aprovado em concurso público, que seja nomeado, a Lei n.º 8.112/1990 estabelece apenas um prazo máximo para que ocorra a posse no cargo, mas não fixa um limite temporal à entrada em exercício.

Considerando que um deputado federal, diante da pressão dos seus eleitores, pretende modificar a sistemática do recesso e da convocação extraordinária no âmbito do Congresso Nacional, e sabendo que o poder constituinte derivado reformador manifesta-se por meio das denominadas emendas constitucionais, as quais estão regulamentadas no art. 60 da CF, julgue os itens a seguir.

**56** A CF estabelece algumas limitações de forma e de conteúdo ao poder de reforma. Assim, no caso narrado, para que a modificação pretendida seja votada pelo Congresso Nacional, a proposta de emenda constitucional deverá ser apresentada por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados.

**57** Uma vez preenchido o requisito da iniciativa e instaurado o processo legislativo, a proposta de emenda à CF será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

**58** Da mesma forma que o poder constituinte originário, o poder de reforma não está submetido a qualquer limitação de ordem formal ou material, sendo que a CF apenas estabelece que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação de poderes e os direitos e garantias individuais.

Quanto aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens de **59** a **63**.

**59** A CF estabelece que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Diante da amplitude do tratamento constitucional atribuído a essas liberdades, mesmo que a manifestação dessas atividades viole a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de alguém, não será devida qualquer indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

**60** O cumprimento de mandado de busca e apreensão, expedido pela autoridade judicial competente, poderá ocorrer a qualquer horário do dia, inclusive durante o período noturno, mesmo que não haja o consentimento do morador, tendo em vista que a CF estabelece algumas exceções ao princípio da inviolabilidade domiciliar, as quais se incluem as determinações do Poder Judiciário.

**61** A administração pública, no exercício do seu poder de fiscalização, quando estiver diante de uma ilegalidade, poderá, independentemente de decisão judicial, dissolver compulsoriamente ou suspender as atividades das associações.

**62** Ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, a CF dispõe expressamente que é assegurado a todos o acesso à informação, vedado o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional.

**63** De acordo com a CF, caso os integrantes de determinada associação pretendam reunir-se pacificamente, sem armas, em um local aberto ao público, tal reunião poderá ocorrer, independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Quanto à interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens que seguem.

**64** O princípio da máxima efetividade revela que as normas constitucionais não devem ser vistas e analisadas de forma isolada, mas sim como preceitos integrados a um sistema unitário de regras e princípios.

**65** O princípio da concordância prática ou da harmonização, derivado do princípio da unidade da CF, orienta o aplicador ou intérprete das normas constitucionais no sentido de que, ao se deparar com um possível conflito ou concorrência entre os bens constitucionais, busque uma solução que evite o sacrifício ou a negação de um deles.

No tocante ao regime constitucional da administração pública, julgue os próximos itens.

**66** Caso o governador de um estado da Federação, diante da aproximação das eleições estaduais e preocupado com a sua imagem política, determine ao setor de comunicação do governo a inclusão do seu nome em todas as publicidades de obras públicas realizadas durante a sua gestão, tal determinação violará a CF, haja vista que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**67** Se, após regular procedimento licitatório voltado à aquisição de computadores, verificar-se que, no ato da celebração do contrato, o ente público responsável pelo certame modificou diversas condições previstas expressamente no ato convocatório, essas alterações irão de encontro à CF, tendo em vista que as obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei.

**68** Está expresso na CF que as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos e as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, restando assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.

Quanto à classificação e à supremacia das constituições, julgue os itens a seguir.

**69** No tocante à estabilidade, consideram-se rígidas as constituições que apresentam um processo legislativo diferenciado e exigências formais especiais quanto à modificação das suas normas, distanciando-se, portanto, do processo legislativo previsto para a alteração das normas infraconstitucionais.

**70** Pelo princípio da supremacia da Constituição, constata-se que as normas constitucionais estão no vértice do sistema jurídico nacional, e que a elas compete, entre outras matérias, disciplinar a estrutura e a organização dos órgãos do Estado.

Saúde e doença — esta definida como uma das dimensões da morbidade — não seriam conceitos mutuamente excludentes. Mesmo doente, do ponto de vista fisiológico e(ou) orgânico, mais ainda na fase pré-clínica, uma pessoa pode-se perceber saudável, considerando que seu bem-estar esteja preservado. Excludentes seriam, sim, os conceitos de saúde e de enfermidade, uma vez que, quando enfermo, o indivíduo passaria a perceber alguma alteração do próprio estado de saúde. Dessa forma, somente quando a pessoa passa também à condição de enferma, a saúde estaria ausente, ao menos de forma parcial. Nesse modelo, denominado gradiente de sanidade, Terris trata das respostas do organismo aos estímulos recebidos em diferentes condições, relacionando as condições de bem-estar ou mal-estar à capacidade funcional e à doença ou ao agravo.

R. Medronho. *Epidemiologia*. São Paulo: Atheneu, 2009, p. 68 (com adaptações).

Com referência ao texto acima e a noções de epidemiologia em saúde, julgue os itens subsequentes.

- 71** De acordo com o texto, ninguém é perfeitamente saudável, e doente é diferente de estar enfermo, pois implica a percepção subjetiva de mal-estar.
- 72** Incidência e prevalência são as principais medidas de morbidade.
- 73** Gradiente de sanidade refere-se à percepção do estar doente, abrangendo todos os estados intermediários entre a saúde e a doença.
- 74** Em estudos epidemiológicos, a expressão não doente corresponde a indivíduos que não apresentam qualquer patologia, apesar de não corresponder ao estado ideal de normalidade da definição de saúde ampliada da Organização Mundial de Saúde (OMS).
- Os indicadores de morbidade são usados em comparações entre diferentes populações e(ou) períodos. Normalmente, expressam a magnitude da ocorrência de doenças e de agravos nas populações, servindo também para a avaliação de programas e serviços de saúde. Quanto aos indicadores em epidemiologia, julgue os itens a seguir.
- 75** A prevalência de uma doença é determinada por sua incidência e pelos movimentos migratórios, em nada interferindo sua duração.
- 76** Embora usados como sinônimos, indicador e índice são tipos distintos de medidas: o indicador inclui apenas um aspecto relativo ao que se deseja medir, e o índice sintetiza diferentes dimensões do atributo de interesse.
- 77** O índice de desenvolvimento humano (IDH) mede apenas a educação e o desenvolvimento econômico de um país, sem considerar a questão da saúde e da iniquidade social, atendendo somente a interesses políticos das nações desenvolvidas.
- 78** Alta taxa de incidência ou de prevalência pode significar apenas a melhora na detecção ou no diagnóstico de uma doença e não aumento real, assim como baixa frequência de internações por determinada doença no Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS) pode significar baixa oferta de leitos em enfermarias específicas, como em casos de câncer ou de síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

Com a transição epidemiológica e o envelhecimento populacional, foi preciso dar mais atenção às consequências das doenças crônico-degenerativas. Os principais modelos teóricos que servem como referência para a concepção de indicadores voltados para a avaliação das consequências dos problemas de saúde não fatais derivam de diferentes concepções do processo saúde-doença.

C. Batistella. *Abordagens contemporâneas do conceito de Saúde. In: O território e o processo saúde doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007 (com adaptações).

Tendo o texto acima apresentado como referência inicial, julgue os próximos itens, a respeito de epidemiologia e medicina preventiva.

- 79** A transição epidemiológica é caracterizada pelo surgimento de novas doenças, como a AIDS e a gripe suína, ao lado de condições de vida que propiciam o surgimento de doenças crônico-degenerativas em razão da complexidade do mundo atual.
- 80** A superação do modelo biomédico proposta pelo Sistema Único de Saúde depende da formação de equipes multidisciplinares em que a prevenção secundária seja prioritária em relação à terapêutica.
- 81** A visão de saúde da OMS, como completo estado de bem-estar físico, mental e social, além de ser pouco dinâmica, revela idealização de conceito nada utilizável pelos serviços de saúde ou para a avaliação do nível de saúde de uma população.
- 82** Com o envelhecimento populacional, a ênfase na promoção de hábitos saudáveis e na qualidade de vida, a recuperação e a reabilitação dos pacientes tornam imperiosa a presença de diversos profissionais, como nutricionistas, fisioterapeutas e fonoaudiólogos nos serviços de saúde.
- 83** O conceito ampliado de saúde enfatiza principalmente seus determinantes sociais e é criticado por muitos autores, por minimizar a importância da ação específica do setor saúde e priorizar as ações políticas.
- 84** A chamada abordagem ecossistêmica da saúde enfatiza as relações entre saúde e meio ambiente, não apenas em sua vertente tradicional — poluição, saneamento, contaminação etc. —, mas também estudando os riscos modernos: monocultura, transgênicos, fontes energéticas, mudanças climáticas etc.
- 85** Com base na moderna teoria da complexidade, há proposta de sistematização de uma teoria geral da saúde-doença, designada holopatogênese, que se refere ao conjunto de processos de determinação (*gênesis*) de doenças e de condições relacionadas (*pathos*) tomadas como um todo integral (*holos*), compreendendo todas as facetas, manifestações e expressões de tal objeto complexo de conhecimento.

As campanhas de vacinação, por terem o poder de proteger o indivíduo contra determinadas doenças, mantendo intactas as condições sanitárias e ambientais propícias ao desenvolvimento de agentes e de vetores, passaram, em algumas conjunturas, a ser acusadas de responsáveis por desviar a atenção de autoridades e da sociedade da determinação de base econômica e social, em última análise, responsável pela criação das condições sociais do adoecer e morrer. Tratava-se, na realidade, de uma polêmica situada mais no campo da política e da ideologia, considerando a caracterização das campanhas como espaço de afirmação de uma prática de saúde pública criticada e contestada, pela sua excessiva centralização e tradição autoritárias, uma falsa contradição entre o que, na visão dos reformistas, seria instrumento de uma concepção ultrapassada para lidar com os problemas sanitários e as novas ideias em gestação no interior do então ainda incipiente movimento da reforma sanitária brasileira.

J. G. Temporão. O Programa Nacional de Imunizações (PNI): origens e desenvolvimento. In: Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 10, supl. 2, 2003 (com adaptações).

Acerca da vacinação e da prevenção de doenças infectocontagiosas, julgue os itens a seguir.

- 86** O calendário de vacinação dá continuidade às campanhas de vacinação do Programa Nacional de Imunização (PNI), adequando-se às diretrizes do SUS de regionalização, integralidade e universalidade e à reforma sanitária.
- 87** A vacinação contra febre amarela deve ser realizada apenas em adolescentes e adultos que residam em áreas endêmicas ou que vão viajar para elas.
- 88** Apesar do grande sucesso do PNI, o instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da FIOCRUZ (Biomanguinhos) não consegue suprir percentual significativo da produção de imunobiológicos e depende ainda das empresas privadas para o atendimento à população.
- 89** O SUS trabalha com três diferentes calendários de vacinação: da criança; do adolescente; e do adulto e do idoso, havendo ainda um programa de imunobiológicos especiais para pessoas com indicação clínica restrita.

Com relação ao trabalho em equipes multidisciplinares na educação em saúde e na promoção da saúde, julgue os itens de **90** a **92**.

- 90** Na organização da equipe multidisciplinar em saúde, mais importante que o *empoderamento* dos membros da equipe é o *empoderamento* da própria comunidade, que depende fundamentalmente do respeito à sua concepção de saúde, assim como às suas singularidades e capacidades.

- 91** A equipe multiprofissional do Programa de Saúde da Família (PSF) não deve resumir sua ação à vigilância à saúde, mas integrar-se ao modelo de assistência caracterizado como produtor de procedimentos para reverter o modelo médico hegemônico que se caracteriza pela produção de cuidado.
- 92** Na constituição de uma equipe multidisciplinar, a afinidade entre os membros é o principal parâmetro a ser utilizado para avaliar a adequação do trabalho em equipe.

A respeito da dependência química, julgue os seguintes itens.

- 93** Efeito rebote é a interação entre duas diferentes drogas que leva o uso de uma delas a estimular o aumento do uso simultâneo da outra.
- 94** O aumento do uso de antidepressivos, nos últimos anos, deve-se ao fato de os novos medicamentos, como fluoxetina, paroxetina e sertralina, não causarem dependência química, como os antigos tricíclicos e os inibidores da monoamina oxidase.
- 95** O consumo de álcool, apesar dos comprovados efeitos cardiovasculares benéficos, não deve ser recomendado pela medicina, devido aos seus enormes efeitos nocivos tanto na esfera física como na psíquica.
- 96** Apesar de não produzir dependência química, o cigarro é uma das principais causas de câncer em todo o mundo.
- 97** A rígida fiscalização e o uso de receituário especial para a compra de morfina deve-se ao fato de, ao lado de seus importantes efeitos analgésicos, ser droga que leva impreterivelmente à dependência.
- 98** O aumento do uso de *crack*, que superou o da cocaína injetável nos últimos anos, deve-se à maior rapidez com que a droga atinge o sistema nervoso central, aliada ao seu baixo preço e à facilidade de aquisição.
- 99** Um dos principais problemas causados pela culto da aparência física no mundo atual é a dependência química provocada pelo uso de anabolizantes nas academias de musculação e entre atletas profissionais.
- 100** Embora existam medicamentos específicos e formulações para atenuar a síndrome de abstinência e o risco de recaída nas dependências de fumo e álcool, ainda não há prova suficiente da eficácia de nenhum medicamento para a abstinência causada por cocaína, maconha ou inalantes.



## PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>3</sub>**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no espaço correspondente do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### QUESTÃO 1

Durante os últimos trinta anos, presenciamos o declínio razoável da mortalidade por causas cardiovasculares em países desenvolvidos, enquanto elevações relativamente rápidas e substanciais têm ocorrido em países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil. De acordo com as projeções da Organização Mundial de Saúde, essa tendência de elevação na doença cardiovascular tende a persistir, agravando ainda mais o quadro de morbidade e mortalidade elevadas nesses países.

A aterosclerose é uma doença inflamatória crônica de origem multifatorial que ocorre em resposta à agressão endotelial, acometendo principalmente a camada íntima de artérias de médio e de grande calibre.

IV Diretriz Brasileira sobre Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose.  
Departamento de Aterosclerose da Sociedade Brasileira de Cardiologia.  
Internet: <publicacoes.cardiol.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ principais fatores de risco associados à formação da placa aterosclerótica;
- ▶ exames complementares úteis para o diagnóstico dos fatores de risco para doença aterosclerótica e sua interpretação;
- ▶ critérios usualmente utilizados para a estratificação do risco de doença coronariana;
- ▶ medidas terapêuticas medicamentosas e não medicamentosas para pacientes com dislipidemia.

## RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

Considere que um homem de 35 anos de idade, residente em Brasília – DF, possua comprovante de que, na infância, recebeu três doses da vacina tríplice bacteriana (DTP), e negue haver sido vacinado contra qualquer outra doença. Com base nessas considerações e nas recomendações básicas propostas pelo Ministério da Saúde no Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso, redija um texto dissertativo que estabeleça o esquema vacinal mais adequado para esse paciente. Em seu texto, esclareça, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ Que vacinas devem ser administradas imediatamente a esse paciente? Explícite as doenças que se pretende prevenir com elas;
- ▶ Que vacinas necessitam de doses de reforço periódicas, e qual a frequência com que esses reforços devem ser administrados?
- ▶ Que vacinas devem ser tomadas por esse paciente, no futuro, e com que frequência?

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

